

CONSULTA DE VIABILIDADE

1. IDENTIFICAÇÃO

Protocolo nº: 20481/23(2º)

Requerente: IVAN DEEKE PEREIRA

CPF/CNPJ: 029.980.169-10

Solicitação: Consulta de Viabilidade para Construção

Endereço do imóvel: RUA FRANKLIN PEREIRA

DIC: 43519

Zoneamento: ZACC IV - Zona de Ambiente Construído de Densidade Controlada (habitacional)

ZAN II - Zona de Ambiente Natural de Ocupação Controlada

ZAN III - Zona de Ambiente Natural de Preservação Permanente



Imagem 01 - Localização (Geoprocessamento)

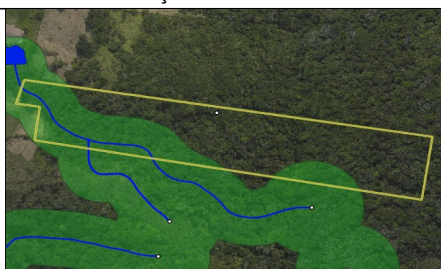


Imagem 02 - Identificação dos cursos d'água



Imagem 03 - Carta Geotécnica (UFSC)

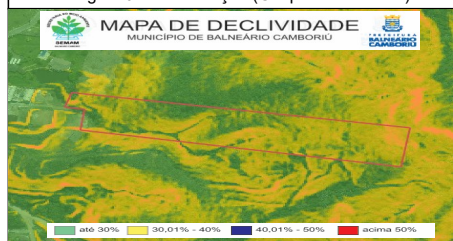


Imagem 04 - Mapa de declividade



Imagem 05 - Foto do local (Google Earth, 05/2023)

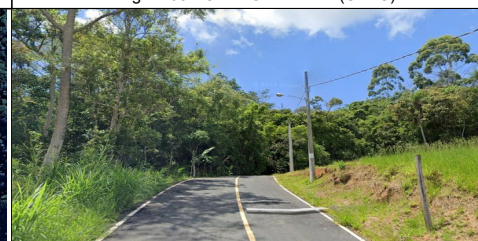


Imagem 06 - Foto do local (Google Earth, 02/2022)

2. CARACTERÍSTICAS / OBSERVAÇÕES

• Verificou-se a existência de terreno com vegetação arbórea;

• **É proibido cortar e/ou podar vegetação sem a correspondente autorização dos órgãos ambientais competentes (SEMAM ou IMA);**

• Deve-se respeitar as restrições impostas pela Lei nº 4868/2024 que "Dispõe sobre as Normas e padrões para proteção e manutenção da Arborização Urbana do Município de Balneário Camboriú";

• Esta Secretaria utiliza como fonte de consulta o Diagnóstico Socioambiental do Município, desenvolvido por equipe multidisciplinar com profissionais técnicos qualificados e Anotação de Responsabilidade Técnica, seguindo normas e diretrizes dos órgãos fiscalizadores - Imagem 02;

☞ **Conforme o Diagnóstico Socioambiental do Município, há na região um corpo hídrico.**

• Deve-se respeitar a Área de Preservação Permanente referente às faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura conforme Art.4º Inciso I da Lei Federal nº 12.651/12 (Código Florestal). Válido para zoneamento ZAN II e ZAN III.

• Deve-se respeitar a Área de Preservação Permanente referente a faixa de 15 metros contados do eixo dos demais rios e córregos, conforme Art.97 Inciso V da Lei Municipal nº 2794/08 (Uso e Ocupação do Solo). Válido para zoneamento ZACC IV.

• Deve-se respeitar a Área de Preservação Permanente referente as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros conforme Art.4º Inciso IV da Lei Federal nº 12.651/12 (Código Florestal).

• Esta Secretaria utiliza como fonte de consulta as Cartas Geotécnicas de Aptidão à Urbanização frente aos Desastres Naturais desenvolvido pelo Ministério das Cidades, através da Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. (Disponível em: http://mapgeo.cfh.ufsc.br/balneario_camboriu) - Imagem 03;

☞ De acordo com a Carta Geotécnica, parte da área se encontra em Zona de Baixa Aptidão à Urbanização, passível de: Deslizamentos naturais e/ou induzidos nas encostas, Alta suscetibilidade a inundação - com tempo de retorno inferior a 5 anos, Solopamento nas margens dos canais durante eventos pluviométricos intensos (temporais de verão). Desta maneira, recomenda-se a não aprovação de lotes para ocupação permanente nestas áreas.

☞ De acordo com a Carta Geotécnica, parte da área se encontra em Zona de Média Aptidão à Urbanização, passível de: possibilidade de ocorrência de deslizamentos naturais e/ou induzidos. Desta maneira, recomenda-se a aprovação de projeto condicionada à apresentação de projeto de estabilidade de taludes de edificação projetada, apoiado em sondagens de simples reconhecimento de subsolo, ensaios de cisalhamento direto e em análises de estabilidade, sempre que houver a previsão de cortes ou aterros com altura superior a 1,5 metros;

• Deve-se respeitar a área de Preservação Permanente referente à concentração de ecossistemas da Mata Atlântica em terrenos com declividade superior a 30% localizados em zoneamento ZAN-III, determinado pelo Art. 147 da Lei Municipal nº 2686/06, na qual não poderá ocorrer qualquer forma de ocupação para fins de habitação, atividades econômicas ou públicas que produzam impactos ao meio ambiente;

CONSULTA DE VIABILIDADE

- Deve-se respeitar a área de *Preservação Permanente* referente à concentração de ecossistemas da Mata Atlântica em terrenos com declividade superior a 30% localizados em zoneamento ZAN-I ou ZAN-II, determinado pelos Art. 143 e 145 da Lei Municipal nº 2686/06, na qual não poderá ocorrer corte de vegetação;
- Em Áreas de Preservação Permanente é proibida a construção de muros de alvenaria. Deve-se seguir modelo de cercamento disponibilizado pela SEMAM;
- Na existência de tubulação de drenagem, respeitar Art. 2º do Decreto 10.752/2022;

3. IDENTIFICAÇÃO DOS EXEMPLARES ARBÓREOS EXISTENTES

- Existência de densa vegetação arbórea em área de domínio Mata Atlântica no interior do terreno

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA APROVAÇÃO DO PROJETO

- Projetos arquitetônico e hidrossanitário aprovados pelas Secretarias de Planejamento e de Saúde e Saneamento;
- Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), consoante com a Lei Municipal nº 2508/2005 e Decreto Municipal nº 5125/2008;
 - No PGRCC deverá constar: Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica; nome do transportador cadastrado pelo Município; Área receptora licenciada por Órgão Ambiental competente (identificando o número da licença e órgão emissor).
- Projeto de arborização urbana de acordo com o art. 6 e parágrafos da Lei 4868/2024 aprovado pelas Secretarias de Meio Ambiente e de Planejamento Urbano e Gestão Orçamentária;
- Caso o empreendimento a ser implantado estiver na listagem das atividades sujeitas ao Licenciamento Ambiental, conforme Anexo VI da Resolução CONSEMA n. 098/2017, apresentar, nesta Secretaria, a **Licença Ambiental de Instalação** ou **Certidão de Conformidade Ambiental** emitidos pelo IMA – Instituto do Meio Ambiente;
- Caso houver necessidade de movimentação de terra, apresentar projeto de terraplanagem, acompanhada da anotação de responsabilidade técnica (ART ou RRT) e memorial descritivo, respeitando as áreas não edificantes e de vegetação existentes sem autorização para supressão. Essa movimentação de terra deve estar contemplada no Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil;
- Caso não houver necessidade de movimentação de terra, apresentar declaração que não haverá tal atividade, assinada pelo Responsável Técnico;
- Planta de Declividade do terreno;
- Planta de situação e localização da obra pretendida indicando o recuo legal das margens do curso d'água, conforme Lei Federal Nº 12.651/2012 ou Lei Municipal nº 2794/08;
- Caso houver necessidade de Corte de Vegetação, apresentar autorização para supressão emitida pelo Órgão Ambiental competente (SEMAM ou IMA);
- Caso não houver necessidade de Corte de Vegetação, apresentar declaração que não haverá supressão assinada pelo Responsável;

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Todos os projetos deverão respeitar as diretrizes do Plano Diretor Municipal e a Legislação Ambiental em vigor;
- Este Parecer não exonera o Requerente do cumprimento de embargos, bem como quaisquer processos relativos à área em questão;
- **Este parecer não autoriza corte de vegetação;**
- Qualquer infração ao presente Parecer implicará no imediato embargo dos serviços e sujeitará o autor às sanções previstas na legislação vigente.

Balneário Camboriú, 9 de Abril de 2024.